

**DOMINGUES DE AZEVEDO**

Presidente da Ordem
dos Técnicos Oficiais de Contas



Nova etapa

No próximo dia 26 de Fevereiro termina, com a votação presencial, o primeiro acto eleitoral da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Com a escolha dos primeiros órgãos sociais da mais recente e maior Ordem portuguesa, os profissionais (mais de 75 mil inscritos) iniciam uma nova etapa na sua organização profissional. Se aliada à implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e às inúmeras oportunidades que tal propicia, pode dizer-se que estamos diante de nova e importante era para a profissão de contabilista.

Após o escrutínio das urnas, existirá, por quem dele sair vencedor, um conjunto enorme de questões a implementar com urgência. Falamos das alterações estatutárias, da implementação do SNC ou até dos desafios que se devem colocar à profissão.

Embora as questões de índole externa sejam importantes para qualquer instituição, as questões internas, nas quais reside a expectativa e o futuro dos membros, têm uma importância fundamental, não podendo ser esquecidas por quem legitimamente conquistou a responsabilidade de gerir a profissão.

Independentemente da leitura que cada um possa fazer da profissão de técnico oficial de contas e dos caminhos que ela deve trilhar, subsiste a ne-

Sustentar a existência de uma actividade apenas no cumprimento das obrigações fiscais é cavar o fosso entre os profissionais e os empresários sem que se vislumbre qualquer vencedor.

cessidade premente e urgente de se efectuar uma profunda análise sobre o seu futuro. Este tem que ser equacionado em moldes diferentes dos actuais. Ou seja, é necessário que caminhemos no sentido de converter profissionais de grande experiência e saber, em recursos humanos da maior utilidade para empresas e empresários.

Sustentar a existência de uma actividade apenas no cumprimento das obrigações fiscais é cavar o fosso entre os profissionais e os empresários sem que se vislumbre qualquer vencedor. É necessário um novo caminho, profundo e estruturado, pois é disso que dependerá a sustentabilidade da profissão.

Para se conseguir a reviravolta, são necessárias, em meu entender, duas condições: a vontade dos profissionais e a existência de dirigentes à altura das responsabilidades de equacionar e encontrar as respostas adequadas aos desafios.

O nascimento e o desenvolvimento de ideias de desresponsabilização no que aos actos da profissão respeita, é apenas o princípio da imperecibilidade para se avançar com novas metas e desafios.

Existe quem, a coberto de maior comodidade, vá desenvolvendo teorias assentes na ideia de que os profissionais apenas devem cumprir com as obrigações tributárias dos sujeitos passivos, desresponsabilizando-se quer do seu conteúdo quer da sua extemporaneidade.

Estes receios são próprios de quem não tem a coragem de criar algo de novo, de diferente, algo em que os TOC se revejam, algo que consolide as bases da profissão e a reforce cada vez mais importante na sociedade portuguesa.

Esta é a profissão desejada pela maioria dos profissionais. É necessário, “apenas”, que os dirigentes eleitos no próximo dia 26 compreendam que a partir desse dia é imperioso construir um técnico oficial de contas novo. ■